LEI MUNICIPAL Nº 492/2004

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A ASSINAR O CONVENIO *PRADEM* COM O ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES, FUNCIONÁRIOS E CEDENCIA AO ESTADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Sagrada Família – RS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Artigo 27, itens I e III da Lei Orgânica Municipal, FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a assinar o Convênio **PRADEM** com o Estado do Rio Grande do Sul, tendo em vista a necessidade do normal funcionamento das escolas publicas estaduais estabelecidas no município.

Art. 2º - O referido Convênio terá por objetivo a contratação de funcionários e professores, para posterior cadencia ao Estado, para Escola Estadual de Ensino Médio Olímpio Garibaldi Villarinho e para a Escola Estadual de ensino Fundamental João Batista Winck, sendo 01 (um) Bibliotecário, 20 (vinte) horas semanais; 05 (cinco) vigilantes, 40 (quarenta) horas semanais; 04 (quatro) serviços gerais, 40 (quarenta) horas semanais; 03 (três) Agentes Administrativos Auxiliares, 40 (quarenta) horas semanais; 02 (dois) assistentes de laboratório informática, 40 (quarenta) horas semanais e 04 (quatro) serventes, 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo primeiro - A quantidade de funcionários e professores de que trata o Artigo 2º, poderá ser alterada, caso haja necessidade de mais ou menos servidores nas Escolas.

Parágrafo segundo – Para fins de contratação e pagamento, haja vista, que alguns cargos acima citados não consta no quadro de cargos do Município, serão enquadrados na seguinte forma:

Cargo Autorizado pela 20 (a) CRÊ	<i>Enquadramento no Município</i>
<i>02 (dois) Assistente de Laboratório de Informática</i>	<i>Agente Administrativo</i>
<i>01 (um) Bibliotecário</i>	<i>Professor Municipal</i>
<i>01 (um) Instrutor de Banda</i>	<i>Agente Administrativo</i>
<i>04 (quatro) Serviços Gerais</i>	<i>Operário ou Servente</i>

Parágrafo terceiro - O período de contratação e da cedência para o Estado poderá ser até 31 de março de 2005.

Art. 3º - As despesas decorrentes da presente Lei, serão atendidas pelas Dotações Orçamentárias da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Os direitos e obrigações dos contratados, é o que dispõe a Legislação vigente.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SAGRADA FAMÍLIA, EM 11 DE MARÇO DE 2004.

JUVENTIL MAFALDA SANTOS
Prefeito Municipal em exercício

Registre-se publique-se

IVANOR SILVEIRA ZAT
 Sec da Administração